

EDITORIAL

A Revista Cadernos do Desenvolvimento traz a público mais uma edição destinada ao diálogo sobre as perspectivas e possibilidades do desenvolvimento econômico e social do estado do Rio de Janeiro. Mais uma vez, planejamento e desenvolvimento são os temas tratados. Não é sem motivo a ênfase, pois, como veremos, vários autores que publicam nesta edição destacam aspectos, seja no plano teórico seja na identificação de insuficiências nas práticas de planejamento, indicativos dos limites das políticas públicas e do desenvolvimento no estado, fato que, com certeza, influi na não resolução de problemas sociais ou resulta em limitações à retomada do crescimento econômico.

Neste número, publicaremos o Dossiê “Gestores e gestão pública: impactos e repercussões no Estado e na sociedade”, coordenado pelas Professoras Vivian Zampa (UERJ/UNIVERSO/GEPPEC-CEPERJ) e Márcia Flor (GEPPEC/CEPERJ), inaugurando a abordagem de uma sequência de temas que serão apresentados na forma de dossiês, nos quais serão destacados temas sensíveis para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Em março, publicaremos o segundo dossiê, em edição especial, intitulado “Estratégia de Desenvolvimento a partir do Mar”, coordenado pelos Professores Thauan Santos (EGN), Lia Hasenclever (UCM/Campos) e Heitor Soares Mendes (Cefet/RJ).

A importância da proposta editorial da revista em debater, neste momento, as questões relacionadas ao planejamento e ao desenvolvimento econômico e social no estado, bem como em organizar a publicação dos dossiês, ganha maior relevância diante de um fato singelo, mais captado com muita sensibilidade pelos autores Marcela Fontes e Guilherme Santos, no artigo “Desenvolvimento baseado em evidências: proposta de metodologia para a construção de uma agenda estratégica para o estado do Rio de Janeiro”, que integra a presente edição. Para os autores, “por estarmos em um ano eleitoral”, significa que estaremos em um “momento em que um ciclo se inaugura investido de poder”, logo, momento adequado para “a propositura de uma agenda estratégica que sirva como balizador para um novo ciclo de planejamento de médio prazo” (FONTES e SANTOS, 2022).

Com efeito, precisamos estimular as práticas do planejamento de médio e longo prazos. E isto não é um problema para um estado como o Rio de Janeiro, que possui uma quantidade expressiva de universidades, públicas e privadas, grandes centros de investigação e pesquisas de todos os campos científicos, centros de qualificação e assessoria de gestores, como FGV e IBAM, e, conseqüentemente, uma concentração notável de investigadores, pesquisadores, técnicos, gestores, consultores, que seriam capazes de oferecer subsídios e conhecimentos para a prática do planejamento no estado. Isso sem falar no excelente quadro de técnicos e gestores altamente qualificados nos diversos órgãos da administração pública e nas secretarias de Estado, como pode ser observado pela qualidade e perspectiva analítica dos artigos apresentados no Dossiê

Tendo isto em conta, selecionamos para esta edição dez artigos que problematizam as práticas de planejamento e gestão no estado do Rio de Janeiro. Os cinco primeiros são textos produzidos por analistas e intelectuais acadêmicos, que identificam aspectos críticos a serem considerados na busca pelo desenvolvimento no estado. Os outros cinco artigos que compõem esta edição são resultantes da chamada realizada pelo Grupo de Estudos Políticas Públicas, Estado e Cidadania (GEPPEC) da Escola de Gestão e Políticas Públicas (EGPP) da Fundação CEPERJ, mobilizando técnicos e gestores da administração pública fluminense.

Em todos os artigos, observamos uma tendência a identificar a necessidade de recuperação de experiências já realizadas. Isto ocorre, por exemplo, no diálogo com a obra de Carlos Lessa para resgatar as referências analíticas a partir das quais são questionadas as políticas de austeridade para enfrentar crises econômicas, como a que vive o Rio de Janeiro; ou com a experiência de uma prática de gestão e planejamento de um sistema de segurança democrático, elaborado por meio da integração resultante de uma parceria entre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), à época Secretaria de Estado, e a Fundação Escola do Serviço Público (FESP), entre outubro de 1986 a fevereiro de 1987.

As experiências recordadas evidenciam que não falta *expertise* no estado, mas que também é preciso recuperar os órgãos de planejamento e formação, bem como estabelecer mecanismos de aproximação das instituições que realizam pesquisas e investigações patrocinadas pelo Governo Estadual. Seja por meio dos órgãos de fomento, seja por meio de termos de cooperação direta com universidades ou setores de

pesquisa privada, seria assim possível fomentar a produção de conhecimentos que possam dar corpo a políticas públicas, incluídas as de ordenamento do território, capazes de dotarem o estado de novos dinamismos e novas condições de organização da vida coletiva.

Assim, finalizamos esta breve apresentação desta edição resgatando o fato de que, como foi mencionado linhas acima, estamos em vias de um novo governo, eleito nos marcos de uma eleição democrática e com maioria absoluta dos votos já no primeiro turno. Que esta seja a senha para uma política de resgate do planejamento e de maior presença do Estado, e que este atue, como ressaltam os autores da apresentação do dossiê, “sobre tensões, desafios, experiência e propostas ligadas aos gestores e à gestão pública, na perspectiva de contribuir tanto para os debates quanto para práticas relacionadas a questões sensíveis, oportunas e urgentes da área”.

Floriano José Godinho de Oliveira

Editor Chefe